



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº 5/98

SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 1998

30 de Abril de 1998

Os trabalhos foram declarados abertos pelas 17.30 horas.

Mesa: António Ramos Preto.

Manuel Ferreira Vieira.

Elisabete da Silva Ferreira.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores António Filipe, Manuel Jerónimo e Catolino Pinto, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: O Senhor Presidente Joaquim Raposo, a Senhora Vereadora Judite Pinto, os Senhores Vereadores Carlos Silva, Cumbre Tavares, Fernando Pereira, Miguel Gabriel e Gabriel Olivieira.

### I – TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontrava na Mesa um pedido de suspensão de mandato, por um período indeterminado, subscrito pelo Senhor Carlos Manuel das Neves Reis dos Santos, eleito pelo PSD, que foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário.

De seguida, colocou o mesmo à discussão, intervindo na sua discussão os Senhores Alves Nunes, José Teodoro, Mário Ventura, Ilídio Nobre, Joel Monteiro, Luis Francisco e Tremoço de Brito.

Não havendo mais intervenções, colocou-o à votação, sendo aprovado por maioria, com 18 votos a favor e 13 votos contra (Documento anexo à presente Acta).

Após a votação, foi dada posse ao Senhor Luis Manuel da Costa Batista, cidadão imediatamente a seguir da respectiva lista do Membro que pediu a suspensão de mandato (Documento anexo à presente Acta).



## II - ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do nº.1 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da **informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. sobre a Actividade Municipal**;

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao **"Relatório de Actividades e Conta de Gerência da C.M.A. do ano de 1997"**;

3 - Apreciação, nos termos da alínea i) do nº.2 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. referente ao **"Estádio José Gomes"**;

4 - Apreciação, nos termos da alínea l) do nº.2 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. referente à **"Cruz Vermelha Portuguesa - Pedido de Isenção de pagamento de taxas municipais"**;

5 - **Eleição** nos termos da alínea b) dos nºs. 1 e 2 do Artº. 25º. do Dec. Regulamentar nº. 3/88, de 22 de Janeiro, e alínea c) do Artº. 9º. da Portaria 358/76, de 6 de Julho, **do Representante da A.M.A. para os Conselhos Gerais dos Hospitais de D. Estefânia, de Santa Marta, de Santo António dos Capuchos, de Arroios, de Curry Cabral, de S. José, do Desterro, Júlio de Matos, Pulido Valente, do Sanatório Dr. José Maria Antunes Júnior e do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto**;

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº. 1 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da proposta de **alteração/revisão do Regimento**;

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou a Ordem de Trabalhos à discussão, intervindo de seguida, o Senhor José Fernandes.

Não havendo mais intervenções, colocou-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 31 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

## III - APROVAÇÃO DE ACTAS

Foram colocadas à consideração da Assembleia as Actas nº. 16 e 17/97, 1, 2, 3, e 4/98.

De seguida, foram colocadas à discussão, e não havendo intervenções, foi a Acta nº. 16/97 submetida à votação, sendo aprovada por maioria, com 19 votos a favor e 15 abstenções.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Seguidamente, foi submetida à votação a Acta nº. 17/97, sendo aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 18 abstenções.

Foi submetida à votação a Acta nº. 1/98, sendo aprovada por maioria, com 16 votos a favor e 18 abstenções.

De seguida, foi submetida à votação a Acta nº. 2/98, sendo aprovada por unanimidade dos 35 Membros presentes.

Foi submetida à votação a Acta nº. 3/98, sendo aprovada por unanimidade dos 31 Membros presentes.

Finalmente, foi submetida à votação a Acta nº. 4/98, sendo aprovada por maioria, com 33 votos a favor e 2 abstenções.

### IV - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

### V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito o Senhor Júlio Lourenço Lopes para falar sobre a existência de barracões clandestinos, tendo para o feito procedido à leitura de um documento (Documento anexo à presente Acta).

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para que respondesse ao Municípe, tendo dito que já havia apresentado uma proposta à Câmara no sentido de solucionar o problema.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este período por encerrado.

### VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Assembleia informou que tinham dado entrada na Mesa, três Moções.

A primeira, sobre a Escola Superior de Teatro e Cinema, apresentada pelo Senhor Luis Guarita da bancada do PSD, que foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário.

Após esta leitura, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou-a à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 36 Membros presentes.

Intervieram na sua discussão, os Senhores Luis Guarita, Alves Nunes, Manuel Frade e Mário Ventura.

Não havendo mais intervenções, foi a mesma colocada à votação, sendo rejeitada por maioria, com 18 votos contra, 10 votos a favor e 8 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

A segunda, sobre a situação laboral na empresa Cabos D'Ávila, apresentada pela bancada da CDU, que foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário.

Após esta leitura, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou-a à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 36 Membros presentes.

Intervieram na sua discussão, os Senhores Tremoço de Brito, Mira Amaral, Cavaco Faustino, Miguel Reis e José Teodoro.

Não havendo mais intervenções, foi a mesma colocada à votação, sendo rejeitada por maioria, com 16 votos contra, 11 votos a favor e 9 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Foram feitas Declarações de Voto pelos Senhores Mário Ventura, da bancada da CDU, e Mira Amaral, da bancada do PSD.

A terceira, sobre o 1º. de Maio, apresentada pela bancada da CDU, que foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário.

Após esta leitura, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou-a à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 36 Membros presentes.

Não havendo intervenções, foi a mesma colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 36 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Finda a votação, o Senhor Presidente da Assembleia, informou ter dado entrada na Mesa uma quarta Moção, sobre a empresa Cabos D'Ávila, apresentada pela bancada do PS, a qual foi lida de imediato pelo Senhor Primeiro Secretário.

Após esta leitura, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou-a à admissão, sendo admitida por maioria com 35 votos a favor e 1 abstenção.

Intervieram na sua discussão, os Senhores João Nascimento, Miguel Reis e José Fernandes, Alves Nunes e Tremoço de Brito.

Não havendo mais intervenções, foi a mesma colocada à votação, sendo aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 9 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Mira Amaral, da bancada do PSD.

Após esta Declaração de Voto, o Senhor Presidente da Assembleia, informou ter dado entrada na Mesa um Requerimento, apresentado pelo Senhor Ilídio Nobre, da bancada do PS, solicitando o prolongamento deste Período, nos termos regimentais, que passou a ler.

De seguida, colocou-o à votação, sendo aprovado por maioria com 32 votos a favor e 4 votos contra (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Senhores Joel Monteiro, José Fernandes, Rodrigo Gonçalves e Armando Paulino.

O Senhor Joel Monteiro, na sua intervenção, falou sobre as condições de segurança no Concelho e solicitou a tomada de medidas de fundo que vão de encontro das preocupações e interesses da população. Nesse sentido, disse, foi devolvido pela Junta de Freguesia, um processo para a criação de uma esquadra de policia na Venda Nova, a qual serviria a freguesia da Falagueira. Dos vários contactos estabelecidos com os Senhores Primeiro-Ministro e Ministro da Administração Interna, foi transmitido que a sua pretensão seria objecto de estudo e posterior informação, o que não se verificou. Em Dezembro de mil novecentos e noventa e sete, foi solicitado, através do Secretário de Estado da Administração Interna, um Parecer



urgente à Câmara Municipal da Amadora, e esta à Junta de Freguesia, sobre a instalação da esquadra na zona industrial da Venda Nova, ao qual foi dado de imediato uma resposta afirmativa. Aquando da assinatura do protocolo, no dia 2 de Abril, estranhou que não fosse contemplada a esquadra da Venda Nova/Falagueira, tendo em conta que foi a primeira freguesia a reivindicar a esquadra, pelo que a Junta de Freguesia da Falagueira repudia que a construção desta esquadra não tenha sido considerada no protocolo. A Junta de Freguesia continua solidária com a população e não descansará enquanto não fôr satisfeita a sua pretensão. Sobre o projecto da Ribeira da Falagueira, disse que foi lançado e aprovado o concurso de ideias e estão negociados os apoios comunitários e outros, necessários à execução do projecto. Este, disse, deveria estar construído em finais de Abril, só não o está por causa desta gestão camarária. Este atraso levará a colocar em causa o montante global do projecto e os moradores que deveriam ser realojados em 1999, nos terrenos do Casal do Silva, e para o qual, ao abrigo do PER, todos os financiamentos estão garantidos, correm o risco de não o serem.

O Senhor José Fernandes, na sua intervenção, falou sobre a poda das árvores, referindo que esta está a ser mal feita, pois não se trata de uma poda, mas sim de uma amputação das próprias árvores, na medida em que, foi em tempos, na Avenida Miguel Bombarda, arrancada pela raiz uma amoreira, e quando colocou o problema, responderam-lhe que havia sido um engano. Por fim, falou sobre os painéis publicitários, perguntando quais são as contrapartidas para a Câmara.

O Senhor Rodrigo Gonçalves, na sua intervenção, falou sobre o horário de realização das Sessões, referindo que a hora escolhida não é a ideal, pois para ele e muitos Membros, implica não trabalhar da parte da tarde, pelo que, a situação deverá ser revista. Por fim, falou sobre a Sessão Solene do 25 de Abril, dizendo que, sendo autarca há muito tempo, foi a primeira vez que não viu a bandeira da União Europeia hasteada, pelo que gostaria de saber qual o motivo que levou a este acontecimento.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, falou sobre o problema das roulotes, dizendo que a Câmara solicitou, à Junta de Freguesia da Brandoa, parecer sobre a instalação destas no recinto da Feira. A Junta de Freguesia, oficiou a Câmara dando a sua concordância para a





C. 25

*[Handwritten signature]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

instalação de uma roulotte, desde que cumpridas determinadas condições, necessárias ao seu funcionamento. Estas, disse, referiam-se a questões de segurança, infraestruturas sanitárias e o reforço da iluminação. O anterior Executivo, fez “tábua rasa” do assunto, licenciou duas roulettes, sem que nenhum dos pressupostos, indicados pela Junta, estivessem cumpridos, pelo que no momento estão a lesar o interesse do Município ao utilizarem, sem pagar, instalações municipais, pelo que solicitou que a Câmara tomasse medidas, nomeadamente que respeitassem o parecer da Junta de Freguesia. Por fim, falou sobre os setenta e quatro fogos de habitação social que estão a ser construídos, na Brandoa, pela empresa ALBASE, dizendo que esta construção cessou e foi abandonada, causando sérios problemas.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos Membros.

O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, falou sobre a segurança no Concelho, dizendo que na altura da sua candidatura, apresentou como proposta, a criação de quatro esquadras, durante o mandato. Esta promessa, disse, tenciona cumpri-la, e quando apresentou a proposta para a elaboração do protocolo, tinha em vista a construção de quatro esquadras. A esquadra de S. Brás, tendo em conta a preocupação e estabilidade das pessoas que ali residem. A esquadra da Brandoa, que deverá a ser construída ainda este ano, pois foi-lhe garantido pelo Senhor Ministro da Administração Interna. A esquadra da Damaia, que há muito tempo, colocou-se a possibilidade de desactivar a esquadra da Damaia de Baixo, tendo em vista a construção de uma nova na zona da Venda Nova, pelo que o Protocolo foi feito nesse sentido. Ainda neste, ficou estabelecida a cedência de instalações provisórias para a esquadra da PSP em Alfovelos, até que a construção da Secção da Damaia esteja pronta. O que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venda Nova enviou, na véspera da assinatura do protocolo, foi uma proposta em que apontava três locais para a instalação da esquadra na Venda Nova. Estas três hipóteses teriam de ser analisadas, porque nenhum dos terrenos eram municipais. Referiu ainda que, dentro de dois ou três meses, a Câmara irá estabelecer novo protocolo para a instalação dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, no Concelho, o qual já foi discutido pelo Executivo. Já tem o estudo e análise do Plano de Pormenor da Venda Nova para encontrar uma solução que permita a instalação da futura esquadra da freguesia. Findo este processo estarão cumpridas as promessas feitas ao



eleitorado. Informou ainda que, existindo apenas um veículo para o programa Escola Segura, irá fazer uma proposta no sentido da Câmara ceder ao Ministério quatro novas viaturas, de modo que este possa dispôr dos meios efectivos para uma maior vigilância nas escolas do Concelho. Sobre a Ribeira da Falagueira, disse que esta é uma vergonha para o Concelho. Em 1987 foi efectuado um levantamento pela Divisão de Serviços de Habitação, com vista ao realojamento em 1988. Na reunião de Câmara de nove de Junho de mil novecentos e noventa e três, foi aprovado, por unanimidade, um protocolo a ser celebrado entre o IGAPHE, o INH, a JAE e a Câmara para a construção, a custos controlados, de um conjunto de habitações, nos quais se previam novecentos fogos. Nesse acordo a única coisa que a Câmara teria de arranjar era o terreno, porque o resto seria pago pelo Governo. O Projecto Urbano da Ribeira da Falagueira é um bom projecto e existe um estudo prévio aprovado pela Câmara, estando em curso a segunda fase do projecto, estando a Câmara a pagar os respectivos honorários ao arquitecto do mesmo. Parte dos terrenos dos projecto não pertencem ao municipio, e não existindo um levantamento do património da Câmara, é sempre difícil saber quais são os terrenos municipais. Este é um assunto que terá de ser resolvido, ou pela expropriação, ou por negociação, pois para se poder avançar com a obra será necessário tratar-se do realojamento. No Relatório da Actividade Municipal constam, como assuntos prioritários, o Projecto da Ribeira da Falagueira e o Realojamento. Será feito igualmente o PER-CRIL. Sobre o Casal do Silva, disse que existe um erro no registo da propriedade. Relativamente ao desbaste das árvores, disse que este pode não estar a ser feito de modo correcto, mas que irá, junto dos serviços, saber a razão de um desbaste tão grande. Sobre o mobiliário urbano disse que o existente está em mau estado, o qual a Câmara não retira nenhum proveito, antes pelo contrário, paga a electricidade que o mesmo consome. Não faz sentido que seja a Câmara a suportar o pagamento da publicidade, pelo que serão renegociados os contratos. Relativamente às rouletes da Brandoa, disse não ter conhecimento que a Câmara tivesse autorizado a utilização da luz das instalações municipais, pelo que irá apurar o que se passa sobre essa matéria e, posteriormente informará a Assembleia. Informou que relativamente aos setenta e quatro fogos, foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia o programa PER-1. Já foi lançado e todas as regras encontram-se definidas no programa. A adjudicação foi efectuada à única empresa concorrente, a ALBASE. Os terrenos tiveram de ser passados para a empresa. As obras pararam porque a empresa está com problemas financeiros, tendo sido dado um





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

prazo para o seu início, mas esta permanecem paradas. Não existe nenhuma garantia bancária, mas sim um seguro, que expirará em Junho. A Câmara já solicitou a devolução dos terrenos.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este período por encerrado.

### VII - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

**1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do nº.1 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. sobre a Actividade Municipal;**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este procedesse à introdução formal do Relatório da Actividade Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, pediu desculpas pelo atraso da entrega do mesmo, pois procurou-se elaborar um Relatório completamente diferente do que era tradicional, pois o último, do anterior executivo, limitava-se a transcrever algumas das acções desenvolvidas, entendendo que um Relatório deverá ir mais além. Por fim, prestou alguns esclarecimentos acerca do mesmo.

O Senhor Presidente da Assembleia, informou estarem abertas as inscrições para intervenção neste ponto, tendo-se inscrito os Senhores José Teodoro, João Vieira, Júlio Correia, Joel Monteiro, Armando Paulino, Marques Pedrosa, Jaime Garcia e Granja da Fonseca.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, disse que a exposição do Senhor Presidente da Câmara foi um tributo para o conhecimento do Relatório, uma vez que chegou tarde e não teve hipótese de o ler. Falou sobre o horário da realização das Sessões, dizendo que este deveria ser revisto. Falou sobre o Cemitério da Amadora, dizendo que há várias queixas relativamente a este, nomeadamente com a mudança de horário de funcionamento, sem prévio aviso aos Municípes, causando-lhes grandes transtornos, porque há incompatibilidade com o horário dos transportes. Informou que há falta de placas indicativas e o piso encontra-se em mau estado. Falou sobre a Piscina da Venteira, perguntando para quando a sua inauguração, informando que a mesma necessita de obras. Sobre os engraxadores do Parque Delfim Guimarães, disse que as cabinas, onde eles trabalham não são funcionais, pelo que deve ser



resolvido. Por fim, propôs que a Mesa suspendesse os trabalhos da Sessão, devido ao adiantado da hora.

O Senhor João Vieira, na sua intervenção, disse que votava contra a suspensão dos trabalhos.

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia, informou que havia dado entrada na Mesa uma proposta para a suspensão dos trabalhos, apresentada pela bancada do PSD, a qual foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia suspendeu os trabalhos, por um período de três minutos, para a Mesa reunir com a Comissão Permanente.

O Senhor Júlio Correia, na sua intervenção, disse que por vezes, os Presidentes de Junta levantam questões, com as quais às vezes não concordam, mas que são posições das Assembleia de Freguesia.

O Senhor Joel Monteiro, na sua intervenção, falou sobre a esquadra da Venda Nova/Falagueira, referindo que as perguntas que colocou foi em nome pessoal e da Junta de Freguesia da Falagueira. Falou sobre a Ribeira da Falagueira, dizendo que o projecto deveria estar pronto em Abril e que foi informado que o processo foi mandado parar para se fazer um estudo para a construção de uma via paralela à Ribeira da Falagueira, e que aquela obra seria construída por fases e que só poderia avançar depois do realojamento. Por fim, disse que os financiamentos para o PER estão garantidos, pelo que há que avançar com o processo.

O Senhor João Vieira, voltou a intervir para falar sobre o atraso da entrega do Relatório, dizendo que perdoava, pois o Senhor Presidente da Câmara soube dar conta da actividade Municipal, de uma forma brilhante.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, falou sobre aos setenta e quatro fogos na Brandoa, dizendo que fica a aguardar que o Senhor Presidente da Câmara possa dar resposta ao problema. Por fim, disse que a Assembleia também é responsável, pois aprovou um processo que não estava completo e onde faltavam as garantias bancárias.





*Handwritten signature in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Handwritten signature in blue ink.*

O Senhor Marques Pedrosa, na sua intervenção, falou sobre as expropriações efectuadas pela Câmara, dizendo que são complicadas, pois foi a Câmara de Oeiras que propôs as expropriações. O processo SAL, contemplava cinco expropriações na Amadora. Uma na Falagueira/Venda Nova e duas na Damaia. Os Tribunais de então criaram obstáculos ao processo, fazendo com que as Câmaras estejam actualmente todas empenhadas, devido a processos demasiado morosos. Quando era Vereador na Câmara de Oeiras, votou favoravelmente estas expropriações, e lamentou que ainda não tivessem sido resolvidas. Por fim, falou sobre o Parque Central, dizendo que ainda bem que foi expropriado, pois hoje é o plumão da Amadora.

O Senhor Jaime Garcia, na sua intervenção, congratulou-se pela forma como o Senhor Presidente da Câmara explanou os problemas existentes na Câmara e de seguida leu uma Declaração Política da bancada do PS (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Granja da Fonseca, na sua intervenção, informou a razão de não ter estado presente na Sessão Solene do 25 de Abril, mas declarou associar-se às manifestações. De seguida, disse que tem vindo a acompanhar a actividade do Senhor Presidente da Câmara, fazendo votos que o seu empenhamento tenha aspectos práticos. Falou sobre as expropriações, dizendo que o Senhor Presidente da Câmara deve ouvir todos os Vereadores e a decisão deverá ser refletida. Há 10 anos foi apresentado um documento da advogada da Câmara que dizia que um dos proprietários fazia uma proposta a fim de se resolver o problema. Essa proposta era no montante de oitenta mil contos pelo que entendia que a Câmara deveria negociar com a parte contrária e verificar se existe ou não possibilidades de entendimento. Esclareceu ainda que, a demora dos processos deve-se ao expropriante e não aos expropriados, uma vez que este não quer pagar a expropriação, tendo o processo percorrido todas as instâncias, e ainda o Tribunal Constitucional com o objectivo de declarar inconstitucional a Lei que permite que as entidades expropriadas façam valer os seus direitos, nomeadamente uma indemnização justa pelos seus terrenos. Esclareceu que estava de acordo com as expropriações, mas não estava de acordo com a maneira como o processo foi conduzido pela Câmara. Falou ainda, sobre a Estação da CP, dizendo que propôs que a mesma fosse subterrânea para que não houvesse uma fronteira.



Por fim, falou sobre o Tribunal, dizendo que tem de ser maduramente pensado, sendo necessário encontrar um espaço onde comporte estacionamento.

O Senhor Marques Pedrosa, voltou a intervir para se congratular com a intervenção do Senhor Granja da Fonseca.

Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Carlos Silva, por Delegação de competência do Senhor Presidente da Câmara, para que respondesse a algumas questões.

O Senhor Vereador Carlos Silva, na sua intervenção, falou sobre a poda das árvores, dizendo que esta foi mal executada, pelo que os serviços foram alertados e irão tomar as devidas providências. Falou sobre o Cemitério, dizendo que existem várias reclamações e problemas graves. Do seu ponto de vista, disse, o Cemitério carece de ser ajardinado, tendo já ordenado no sentido do seu horário de funcionamento ser adequado ao dos transportes. Por fim, falou sobre a Ribeira da Falagueira, dizendo ser uma área para ajardinamento, e o processo irá desenvolver-se em três fases, podendo a primeira iniciar-se no fim deste ano.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, falou sobre a "CREL da Água", dizendo que o traçado previsto era pela Rua Elias Garcia, mas a Câmara aprovou, por unanimidade, a não passagem por aquele traçado. Sobre a instalação do Tribunal, disse que todos os pareceres são favoráveis à instalação no Borel, pensando levar o processo à próxima reunião de Câmara, e caso esta o aprove, estará em condições de o Ministério da Justiça, lançar os respectivos concursos para o projecto e construção. Em obras desta natureza, disse, só em concursos serão necessários três anos e depois para a sua construção serão necessários outros tantos. O Ministério da Justiça está interessado em instalar provisoriamente um Tribunal, até a construção do Palácio da Justiça. O Secretário-Geral do Ministério da Justiça e ele, deslocaram-se ao antigo arquivo da Segurança Social, na Damaia, tendo o Secretário-Geral afirmado que o edificio reunia as condições necessárias para a instalação provisória do Tribunal. Este seria recuperado seu pelo Ministério. Sobre as expropriações, esclareceu que não estava contra aquelas que foram feitas, mas não compreendia a razão pela qual estas ainda não tinham sido resolvidas. Houve, disse, várias oportunidades para resolver o assunto mas,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

da parte da Câmara nunca houve intenção, preferindo-se tratar do assunto através dos Tribunais. Quanto aos setenta e quatro fogos na Brandoa, disse que no Programa de Concurso, que a Câmara e a Assembleia aprovou, havia uma garantia bancária, mas não foi isso que foi feito, pois aparece um Seguro de boa execução do empreendimento, e não existe nenhum despacho a permitir essa troca, pelo que solicitou esclarecimentos, por escrito, aos serviços, sendo-lhe respondido que se tratava de um erro. Face ao respondido, informou que será feito o respectivo processo disciplinar, pois erros desta natureza não aceita. Referiu, que outras condições que constavam do Caderno de Encargos, nomeadamente mais uma garantia bancária, a do terreno, e um seguro de boa execução, mas o que é certo é que estes nem constam dos documentos remetidos à Assembleia. Falou sobre a Esquadra da Venda Nova/Falagueira, dizendo que se o seu Presidente tivesse feito um ofício à Câmara a perguntar a razão de não avançar, a Câmara ter-lhe-ia respondido. Sobre a Ribeira da Falagueira, disse que a obra não está parada, mas sim que foi solicitado ao Arquitecto que reformulasse o projecto, de modo a permitir uma via descendente do Casal de S. Brás, no entanto na 1ª Fase, há terrenos que não pertencem à Câmara, pelo que se terá de entrar em contacto com os proprietários desses terrenos, para se fazer uma permuta. Falou sobre os fundos comunitários, dizendo que a Amadora não apresentou as candidaturas que deveria ter apresentado. Os Recreios foi o único projecto apresentado. Relativamente à Escola Superior de Teatro e Cinema, disse que o Estado já desbloqueou as verbas para que as obras sejam reiniciadas, prevendo-se a sua abertura para o Outubro ou Janeiro. Sobre os Centros de Saúde, disse ter havido um concurso para a construção do da Damaia. Seguramente, as obras arrancarão este ano, e só após o início desta obra, será solicitado à Senhora Ministro da Saúde para vir estabelecer mais protocolos em relação aos restantes. Informou ainda que em breve virá à Assembleia a proposta de alteração de taxas.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este ponto por encerrado.

Dado o adiantado da hora, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Reunião por encerrada, pelas 23.00 horas.